

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	14

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.922.515.918
Preferenciais	0
Total	3.922.515.918
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2008	Dividendo	29/12/2008	Ordinária		0,00001
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2009	Dividendo	30/10/2009	Ordinária		0,00002
Reunião do Conselho de Administração	17/11/2009	Dividendo	30/11/2009	Ordinária		0,00005
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2010	Dividendo	21/06/2010	Ordinária		0,00003
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	31/12/2011	Ordinária		0,00001

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	4.595.455	4.290.059
1.01	Ativo Circulante	897.999	737.482
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	115.551	37.568
1.01.02	Aplicações Financeiras	49.218	25.614
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	49.218	25.614
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	49.218	25.614
1.01.03	Contas a Receber	565.226	508.287
1.01.03.01	Clientes	565.226	508.278
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionários	642.604	636.822
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-126.058	-169.057
1.01.03.01.03	Consumidores de Baixa Renda	19.910	14.234
1.01.03.01.04	Ativos Regulatórios	3.859	3.181
1.01.03.01.05	Cauções e Depósitos	24.911	23.098
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	9
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	0	9
1.01.04	Estoques	1.136	38
1.01.06	Tributos a Recuperar	66.384	62.014
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	66.384	62.014
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.322	604
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	97.162	103.357
1.01.08.03	Outros	97.162	103.357
1.02	Ativo Não Circulante	3.697.456	3.552.577
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.142.120	1.080.470
1.02.01.03	Contas a Receber	27.387	20.842
1.02.01.03.01	Clientes	27.387	20.842
1.02.01.06	Tributos Diferidos	351.334	382.302
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	351.334	382.302
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	664	715
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	664	715
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	762.735	676.611
1.02.01.09.03	Tributos a Compensar	80.240	80.237
1.02.01.09.04	Depósitos Vinculados a Litígios	148.361	143.450
1.02.01.09.05	Cauções e Depósitos	23.132	36.006
1.02.01.09.06	Ativo Indenizável (Concessão)	511.002	416.918
1.02.03	Imobilizado	35.662	40.771
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	25.619	27.148
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	10.043	13.623
1.02.04	Intangível	2.519.674	2.431.336
1.02.04.01	Intangíveis	2.519.674	2.431.336
1.02.04.01.02	Software	32.092	36.278
1.02.04.01.03	Direito de Uso de Concessão	2.487.582	2.395.058

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	4.595.455	4.290.059
2.01	Passivo Circulante	997.244	970.187
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.767	25.833
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	26.767	25.833
2.01.02	Fornecedores	230.177	274.569
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	230.177	274.569
2.01.03	Obrigações Fiscais	33.257	60.634
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	22.991	43.418
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	13.469
2.01.03.01.02	PIS e COFINS a Pagar	21.540	29.375
2.01.03.01.03	Outras Obrigações Fiscais	1.451	574
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	8.787	14.984
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.479	2.232
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	520.318	450.098
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	309.300	247.319
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	309.300	247.319
2.01.04.02	Debêntures	211.018	202.779
2.01.05	Outras Obrigações	186.725	159.053
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.714	6.493
2.01.05.02	Outros	182.011	152.560
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	51.875	28.908
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	22.412	23.467
2.01.05.02.06	Parcelamento Especial	7.154	6.988
2.01.05.02.07	Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética	62.255	77.065
2.01.05.02.08	Obrigações com Contribuição de Iluminação Pública	5.751	7.267
2.01.05.02.09	Passivo Regulatório	24.512	5.671
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	8.052	3.194
2.02	Passivo Não Circulante	1.855.152	1.736.403
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	931.534	797.854
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	366.795	355.834
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	366.795	355.834
2.02.01.02	Debêntures	564.739	442.020
2.02.02	Outras Obrigações	378.280	404.706
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	295	2.409
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	295	2.409
2.02.02.02	Outros	377.985	402.297
2.02.02.02.03	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	360.809	365.212
2.02.02.02.04	Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética	84	6.721
2.02.02.02.05	Parcelamento Especial	9.474	14.480
2.02.02.02.06	Passivo Regulatório	7.504	15.877
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	114	7
2.02.04	Provisões	545.338	533.843
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	545.338	533.843
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	29.138	32.045

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	173.764	184.482
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	342.436	317.316
2.03	Patrimônio Líquido	1.743.059	1.583.469
2.03.01	Capital Social Realizado	998.230	998.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.04	Reservas de Lucros	539.016	561.985
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	539.016	539.016
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	22.969
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	182.559	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	789.855	2.419.211	679.791	2.249.896
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-632.106	-1.825.282	-541.653	-1.625.498
3.03	Resultado Bruto	157.749	593.929	138.138	624.398
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-54.284	-174.498	-46.239	-182.296
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.812	-47.789	-33.645	-86.888
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-39.472	-126.709	-12.594	-95.408
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	103.465	419.431	91.899	442.102
3.06	Resultado Financeiro	-71.495	-142.280	-40.446	-127.139
3.06.01	Receitas Financeiras	13.130	79.005	44.700	92.341
3.06.02	Despesas Financeiras	-84.625	-221.285	-85.146	-219.480
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.970	277.151	51.453	314.963
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.960	-94.592	-17.612	-107.253
3.08.01	Corrente	-1.658	-63.624	-10.432	-60.150
3.08.02	Diferido	-9.302	-30.968	-7.180	-47.103
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.010	182.559	33.841	207.710
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	21.010	182.559	33.841	207.710
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00001	0,00005	0,00001	0,00005

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	333.334	475.388
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	646.603	624.991
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	182.559	207.710
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	41.866	72.762
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	143.220	120.969
6.01.01.04	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	99.231	65.565
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	120.209	97.481
6.01.01.06	Receita de Ativo Indenizável	-11.916	-21.773
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.968	47.103
6.01.01.08	Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética	20.475	19.572
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	16.900	13.167
6.01.01.10	Valor Residual de Intangível e Imobilizado Baixados	3.091	4.104
6.01.01.11	Outros	0	-1.669
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-313.269	-149.603
6.01.02.01	Consumidores, Concessionários e Permissionários	-102.868	-37.392
6.01.02.02	Estoques	-1.098	-468
6.01.02.03	Partes Relacionadas	-3.833	6.772
6.01.02.04	Tributos a Compensar	-4.373	13.381
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-2.718	-2.805
6.01.02.06	Cauções e Depósitos	11.061	-23.948
6.01.02.07	Depósitos Vinculados a Litígios	-4.911	0
6.01.02.08	Outros Créditos	21.959	-16.494
6.01.02.09	Fornecedores	-44.004	3.242
6.01.02.10	Folha de Pagamento	934	18.903
6.01.02.11	Tributos a Pagar	-27.377	-31.579
6.01.02.12	Taxas Regulamentares	-1.055	10.210
6.01.02.13	Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética	-41.922	-3.551
6.01.02.14	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	-21.303	-17.180
6.01.02.15	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-87.736	-63.314
6.01.02.16	Outros Passivos	-4.025	-5.380
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-336.867	-81.254
6.02.01	Outros Ativos Financeiros	-23.604	171.050
6.02.02	Aplicações no Intangível e no Imobilizado	-313.263	-252.304
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	81.516	-443.339
6.03.01	Pagamentos de Debêntures	-185.000	-135.927
6.03.02	Captção de Empréstimos e Financiamentos	260.236	9.965
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-197.190	-99.464
6.03.04	Pagamentos de Juros de Debêntures	-50.588	-56.180
6.03.05	Pagamentos de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-42.602	-42.613
6.03.06	Dividendos Pagos	0	-114.340
6.03.07	Pagamentos de Parcelamento Especial	-3.340	-4.780
6.03.08	Captção de Debêntures	300.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	77.983	-49.205
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.568	159.779

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	115.551	110.574

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	561.985	0	0	1.583.469
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	561.985	0	0	1.583.469
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.969	0	0	-22.969
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	182.559	0	182.559
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	182.559	0	182.559
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	539.016	182.559	0	1.743.059

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	532.508	0	0	1.553.992
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	532.508	0	0	1.553.992
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-61.549	56	0	-61.493
5.04.08	Dividendos Adicionais	0	0	-61.549	0	0	-61.549
5.04.09	Dividendos Prescritos	0	0	0	56	0	56
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	207.710	0	207.710
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	207.710	0	207.710
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	470.959	207.766	0	1.700.209

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	3.657.141	3.376.683
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.366.305	3.187.437
7.01.02	Outras Receitas	19.439	13.772
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	313.263	248.236
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-41.866	-72.762
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.653.492	-1.453.962
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-944.146	-831.473
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-179.679	-191.232
7.02.04	Outros	-529.667	-431.257
7.02.04.01	Encargos de Uso de Rede Elétrica	-151.608	-152.713
7.02.04.02	Custo de Construção	-313.263	-248.236
7.02.04.03	Outras Despesas Operacionais	-64.796	-30.308
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.003.649	1.922.721
7.04	Retenções	-143.220	-120.969
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.860.429	1.801.752
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	79.005	92.341
7.06.02	Receitas Financeiras	79.005	92.341
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.939.434	1.894.093
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.939.434	1.894.093
7.08.01	Pessoal	101.903	106.193
7.08.01.01	Remuneração Direta	69.120	63.665
7.08.01.02	Benefícios	25.238	24.672
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.191	2.186
7.08.01.04	Outros	3.354	15.670
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.425.889	1.352.061
7.08.02.01	Federais	604.438	574.952
7.08.02.02	Estaduais	818.491	773.955
7.08.02.03	Municipais	2.960	3.154
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	229.083	228.129
7.08.03.01	Juros	120.736	107.215
7.08.03.02	Aluguéis	7.798	8.649
7.08.03.03	Outras	100.549	112.265
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	182.559	207.710
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	182.559	207.710

Comentário do Desempenho

Mercado e Indicadores Operacionais

Clientes

A Ampla Energia encerrou o 3T11 com 2.620.947 unidades consumidoras* ("consumidores"), 2,6% superior ao número de consumidores registrado ao final do 3T10. Esse crescimento representa um acréscimo de 65.653 novos consumidores* à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 59.074 novos consumidores*.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, que totalizaram o montante de R\$ 156 milhões* nos últimos 12 meses.

Volume de Energia

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia no 3T11 foi de 2.353 GWh*, o que representa um incremento de 8,9% (+193 GWh) em relação ao 3T10, cujo volume foi de 2.160 GWh*. Esta variação é o efeito líquido de (i) uma evolução observada no mercado cativo da Companhia de 11,8% (+213 GWh) no 3T11 em relação ao 3T10 (2.020 GWh* versus 1.807 GWh*), compensada por (ii) um menor volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante, no 3T11, de 333 GWh*, 5,7% inferior ao registrado no 3T10 (-20 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

Indicadores Operacionais

A Ampla Energia encerrou o 3T11 com DEC de 20,10 horas*, índice 27,4% inferior ao registrado no 3T10, de 27,7 horas*. O FEC alcançou o patamar de 10,69 vezes*, o que representa um incremento de 26,9% em relação ao 3T10, que fechou em 14,63 vezes*. A Ampla Energia investiu R\$ 101 milhões* em qualidade do sistema nos últimos 12 meses.

Perdas e Cobrabilidade

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 19,87%* no 3T11, uma redução de 1,09 p.p. em relação às perdas registradas no 3T10, de 20,97%*. Nos últimos 12 meses, foi investido no combate às perdas o montante de R\$ 168 milhões*. Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou o 3T11 em 99,34%*, percentual ligeiramente inferior (0,13 p.p.) em relação ao encerramento do 3T10, de 99,47%*.

Investimentos

Os investimentos realizados pela Ampla Energia no 3T11 alcançaram R\$ 107 milhões*, um acréscimo de 6,4% (+R\$ 6 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 101 milhões*. O maior volume, no 3T11, foi direcionado aos investimentos em Novas Conexões, que representou 36,7% (R\$ 39 milhões) de todo o valor investido no período mencionado.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Ampla Energia alcançou, no 3T11, R\$ 1.187 milhões, um incremento de 14,8% em relação ao 3T10, de R\$ 1.034 milhões (+R\$ 153 milhões). Esse incremento é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:

Evolução de 23,7% (R\$ 974 milhões versus R\$ 787 milhões) na receita pelo fornecimento de energia elétrica (+R\$ 187 milhões):

O incremento se deve ao efeito combinado de (i) uma evolução no volume de energia vendida para o mercado cativo e (ii) reajuste tarifário positivo, no montante de 10,91% (valor percebido pelo cliente), vigente a partir de 15 de março de 2011.

Redução de 75,4% (R\$ 14 milhões versus -R\$ 57 milhões) no suprimento de energia elétrica (-R\$ 43 milhões):

Reflete à redução do preço de liquidação de diferenças no 3T11 em relação ao 3T10, preço este que estabelece o valor das comercializações de energia no mercado Spot. O preço médio no 3T11 foi de R\$ 21,29/MWh, um percentual 81,1% inferior ao registrado no 3T10, de R\$ 112,79/MWh.

Evolução de 14,3% (R\$ 56 milhões versus R\$ 49 milhões) na receita pela disponibilidade da rede elétrica (+R\$ 7 milhões):

O incremento se deve à evolução do volume de energia transportada para os clientes livres dentro da área de concessão da Companhia.

Redução de 8,7% (R\$ 112 milhões versus 103 milhões) na receita operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 – IFRIC 12 (+R\$ 9 milhões):

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na receita operacional bruta no 3T11 foi de R\$ 112 milhões, (cuja contrapartida se encontra nas despesas operacionais, no mesmo valor, não gerando nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), um incremento de R\$ 9 milhões quando comparado com o 3T10 (R\$ 103 milhões).

Dedução da Receita

As deduções da receita apresentaram incremento de 12,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, alcançando -R\$ 397 milhões no 3T11, contra -R\$ 354 milhões no 3T10 (-R\$ 43 milhões). Esse incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

Incremento de 13,3% (-R\$ 316 milhões versus -R\$ 279 milhões) nas rubricas de tributos ICMS/COFINS/PIS (-R\$ 37 milhões):

Este incremento é oriundo do crescimento da base de cálculo para apuração destes tributos.

Acréscimo de 11,8% (-R\$ 57 milhões versus -R\$ 51 milhões) na conta de subvenção CCC/CDE (-R\$ 6 milhões):

Conforme Nota Técnica nº. 033/2011-SRE/ANEEL, que subsidiou a homologação de do reajuste tarifário da Ampla para 2011, a partir de março deste ano as obrigações de pagamento (em quotas anuais) desses encargos passaram a valer R\$ 134,20 milhões (CCC) e R\$ 95,2 milhões (CDE). Os valores para 2010, conforme consta na Nota Técnica nº. 047/2010-SRE/ANEEL, eram de R\$ 123,50 milhões (CCC) e R\$ 88,30 milhões (CDE). Lembrando que o efeito é neutro, pois a previsão em tarifa também aumentou na mesma proporção.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais no 3T11 alcançaram -R\$ 686 milhões, um incremento de 16,8% em relação ao 3T10, de -R\$ 588 milhões (-R\$ 98 milhões). Este acréscimo é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

Incremento de 32,9% (-R\$ 325 milhões versus -R\$ 244 milhões) na energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 80 milhões):

Grande parte dos contratos de energia é reajustada pelo IPCA. No último reajuste, a correção aplicada foi de 6,01%. Somado a este fato, houve um aumento de 5,7% no volume de energia comprada no período em análise.

Redução de 31,8% (-R\$ 15 milhões versus -R\$ 22 milhões) nos encargos de uso do sistema (+R\$ 7 milhões):

Este encargo, por sua característica intrínseca, possui uma volatilidade muito grande, não havendo previsibilidade e nem estabilidade mensal. O Encargo de Serviço de Sistema é o ressarcimento ao agente gerador térmico que cumpre uma solicitação de despacho do ONS para atender uma restrição de operação. Os valores de ESS são pagos pelos distribuidores e comercializadores e são repassados aos consumidores finais. Apesar de sua grande variabilidade, por se tratar de encargo setorial, mesmo havendo grandes variações (para mais ou para menos), o efeito é neutro para as distribuidoras, uma vez que há composição de CVA para captar a diferença não reconhecida em tarifa.

Redução de 50,0% (-R\$ 14 milhões versus -R\$ 28 milhões) nas provisões para créditos de liquidação duvidosa (+R\$ 14 milhões):

Foi constituída em setembro de 2010 uma provisão associada a outros créditos - valores arrecadados a maior - no valor de R\$ 15 milhões.

Incremento de 8,7% (-R\$ 112 milhões versus -R\$ 103 milhões) na despesa operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 – IFRIC 12 (-9 milhões):

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na despesa operacional no 3T11 foi de -R\$ 112 milhões, (cuja contrapartida se encontra na receita operacional bruta, no mesmo valor, não gerando nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), um incremento de R\$ 9 milhões quando comparado com o 3T10 (-R\$ 103 milhões).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Ampla Energia, no 3T11, ficou em -R\$ 71 milhões, uma redução de 77,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, de -R\$ 40 milhões (-R\$ 31 milhões). Esta redução é o efeito, principalmente, da seguinte variação:

Redução (-R\$ 19 milhões versus R\$ 6 milhões) na receita do ativo indenizável (-R\$ 25 milhões):

Este decréscimo está associado principalmente ao estorno da atualização monetária do ativo indenizável registrada a maior no primeiro semestre de 2011 (6M11).

Tributos e Impostos

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 3T11 registraram -R\$ 11 milhões, uma redução de 38,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, de -R\$ 18 milhões (+R\$ 7 milhões). Essa redução é o efeito, basicamente, do decréscimo dos impostos devidos, tendo em vista a redução das suas bases de cálculo.

EBITDA e Lucro Líquido

EBITDA

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia no 3T11, atingiu o montante de R\$ 155 milhões*, o que representa um acréscimo de 15,3% em relação ao 3T10, cujo montante foi de R\$ 134 milhões* (+R\$ 24 milhões). A margem EBITDA da Companhia no 3T11 foi de 19,6%*, o que representa uma redução de 0,15 p.p. em relação ao 3T10, de 19,7%*.

O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do IR e CSLL, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização, resultados não operacionais e participações. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou, como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diversa da Companhia. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o IR e CSLL, a depreciação e amortização, os resultados não operacionais e as participações, o EBITDA Ajustado funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Conseqüentemente, o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA Ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Lucro Líquido

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou no 3T11 um lucro líquido de R\$ 21 milhões, valor 38,2% inferior ao registrado no 3T10, que foi de R\$ 34 milhões (-R\$ 13 milhões). Desta forma, a Margem Líquida no 3T11 alcançou 2,7%.

* Números não auditados pelos auditores independentes

Notas Explicativas

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 SETEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para abril de 2026.

A autorização para conclusão da preparação destas Informações Trimestrais (“ITR”) ocorreu em reunião de diretoria realizada em 31 de outubro de 2011.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Na elaboração das informações trimestrais foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas na imprensa oficial em 20 de abril de 2011, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo CPC e regulamentados pela CVM.

Alguns saldos de partes relacionadas do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 87.525, foram reclassificados para a rubrica de provisão para contingências, de acordo com a sua natureza, objetivando melhorar a apresentação e comparabilidade das informações trimestrais.

2.2 Base de elaboração

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.3 Informações por segmento

O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento (“CPC 22”), correspondente ao IFRS 8 - *Operating segments* (“IFRS 8”), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (“*chief operating decision maker*”), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - distribuição de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de “informações por segmento”.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

2.4.1 Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

2.4.2 Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de concessão (“ICPC 01”) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de construção (“CPC 17”) (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (“CPC 30”) (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.4.3 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.5 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Quando reconhecidos, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

2.5.1 Ativo financeiro

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual, ou um contrato que seja ou possa vir a ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial); ativos financeiros mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de consumidores concessionários permissionários, concessão de serviço público (ativo indenizável) e cauções. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

- Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.
- Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

e) Provisão para redução ao provável valor recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada data de balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

f) Baixa de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

2.5.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com insignificante risco de variação no seu valor. Estão registrados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor justo do instrumento financeiro. Os juros e atualização monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação do valor justo são reconhecidos no resultado quando incorrido.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

2.5.1.2 Consumidores, concessionários e permissionários

As contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários referem-se aos créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência e são demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo, e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

2.5.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

2.5.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.5.2.1 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

2.5.2.2 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.5.2.3 Baixa de passivos financeiros

A Companhia registra a baixa dos passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua carteira de investimentos de fundos exclusivos utilizando contratos futuros de taxa de juros. A Nota 31 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo, sendo os ganhos ou perdas reconhecidos no resultado imediatamente.

2.6 Ativo indenizável (concessão)

Refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que no entendimento da Companhia assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente (ANEEL). Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infra-estrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Estes ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a Companhia utiliza a premissa de que o valor da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes dessa infraestrutura (ativo físico).

A remuneração desse ativo financeiro é baseada no *Weighted Average Cost of Capital* - WACC regulatório homologado pela ANEEL no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos, cujo montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente. Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro deve ser ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados à atualização e movimentação dos bens integrantes da infraestrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Por não existir um mercado ativo para a negociação desse ativo financeiro, a Companhia mensura o seu valor justo utilizando os mesmos componentes que da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Esses componentes atualizados na data do balanço determinam a nova taxa de juros utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa fixos estabelecidos na última revisão tarifária e previstos até a próxima revisão em 2012.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Devido à natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

2.7 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8 Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, nº 611, de 22 de dezembro de 2009, e nº 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam, respectivamente, o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível (“CPC 04”), a Interpretação Técnica ICPC 01 e a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão (“OCPC 05”).

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.9 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10.1 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada mais provável que não. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

2.11 Tributação

2.11.1 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

2.11.2 Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultados preparados pela Administração da Companhia.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada anualmente e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

2.12 Taxas regulamentares

Por atuar em um setor regulado, a Companhia está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares aplicáveis à Companhia são as seguintes:

2.12.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação da ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

2.12.2 Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

2.12.3 Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

2.12.4 Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

2.12.5 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.12.6 Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.13 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.14 Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuída a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.15 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (“CPC 25”) e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (“ICPC 08”), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

“dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

2.16 Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia possui plano de benefício a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados (“CPC 33”). O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 25.

2.17 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (“CPC 09”).

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

Benefícios de aposentadoria

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 25.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e contas correntes bancárias	16.324	17.779
Aplicações financeiras	<u>99.227</u>	<u>19.789</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>115.551</u></u>	<u><u>37.568</u></u>

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fundos de investimentos exclusivos	42.004	14.196
Outras aplicações financeiras		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	51.797	1.096
Fundo de Investimento	<u>5.426</u>	<u>4.497</u>
Subtotal de outras aplicações financeiras	<u>57.223</u>	<u>5.593</u>
Total de aplicações financeiras	<u>99.227</u>	<u>19.789</u>

Os saldos de aplicações financeiras alocadas como caixa e equivalentes de caixa possuem liquidez imediata e estão classificados como disponível para negociação, portanto, valorizados a mercado em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Fundos de investimentos referem-se a fundos multipatrocinados de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador.

Fundos exclusivos referem-se a fundos onde os cotistas são empresas do Grupo Endesa Brasil e têm em carteira títulos públicos, CDBs, operações compromissadas e outros.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fundos exclusivos		
Títulos públicos	39.711	20.558
Operações compromissadas	6.763	3.581
Outros	<u>2.744</u>	<u>1.475</u>
Total de outros ativos financeiros	49.218	25.614

As aplicações financeiras dos fundos exclusivos aqui consideradas são os títulos públicos pós e pré-fixados, operações compromissadas e outros como DPGE (Depósito a prazo com garantia especial), operações com contratos futuros de DI e FIs de baixo risco.

A composição total da carteira de fundos exclusivos em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 está apresentada abaixo:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
CDB - Certificado de depósito bancário	3.651	14.196
Cotas de fundos	<u>38.353</u>	-
Total classificado como equivalentes de caixa	<u>42.004</u>	<u>14.196</u>
Títulos públicos	39.711	20.558
Operações compromissadas	6.763	3.581
Outros	<u>2.744</u>	<u>1.475</u>
Total classificado como aplicações financeiras	<u>49.218</u>	<u>25.614</u>
Total de aplicações financeiras	<u><u>91.222</u></u>	<u><u>39.810</u></u>

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/09/2011	31/12/2010
<u>I) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante</u>					
Classe de consumidores:					
Residencial	71.321	80.416	61.175	212.912	193.766
Industrial	40.926	9.219	12.140	62.285	39.221
Comercial	32.725	16.824	24.705	74.254	54.050
Rural	9.930	1.945	8.120	19.995	15.022
Poder público Iluminação Pública	37.810	17.561	82.127	137.498	137.260
Serviço público	4.936	215	1.867	7.018	3.229
Revenda	6.271	-	-	6.271	4.314
Subtotal	203.919	126.180	190.134	520.233	446.862
Receita não faturada (b)	111.742	-	-	111.742	164.272
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	10.139	10.139	14.040
Outros créditos	490	-	-	490	11.648
Total circulante	316.151	126.180	200.273	642.604	636.822
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(126.058)	(169.057)
Total líquido de consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante	316.151	126.180	200.273	516.546	467.765
<u>II) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo não circulante</u>					
Parcelamento de débitos (a)	81.012	-	-	81.012	74.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(53.625)	(53.164)
Total não circulante	81.012	-	-	27.387	20.842

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	(222.221)
(Adição) reversão	(41.866)
Baixa	84.404
Saldos em 30 de setembro de 2011	(179.683)

(a) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso.

(b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

7. CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliando a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Com o advento da Lei 12.212/2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº. 407/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 19.910, relativo às parcelas dos meses de julho, agosto e setembro de 2011 (R\$ 14.234 em 31 de dezembro de 2010).

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/09/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social a compensar	20.209	-	4.505	-
ICMS a compensar	39.695	54.745	47.775	55.334
PIS e COFINS a compensar	4.202	25.495	5.021	24.903
Outros tributos a compensar	2.278	-	4.713	-
Total de tributos a compensar	<u>66.384</u>	<u>80.240</u>	<u>62.014</u>	<u>80.237</u>

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, IRRF/CSLL retidas na fonte por órgãos públicos e de pagamentos de IRPJ e CSLL por estimativa mensal.

O crédito de ICMS, registrado em ativo circulante e em ativo não circulante, no valor de R\$ 94.440 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 103.109 em 31 de dezembro 2010) refere-se, basicamente, à Lei Complementar nº 102/00, que determina que o crédito do ICMS, quando se referir à aquisição de bens para o Ativo Fixo (conforme definido pela legislação fiscal) seja compensado em 48 meses.

Os valores classificados na linha de PIS e COFINS a compensar referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70. Adicionalmente, a Companhia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos.

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS

As aplicações em garantia correspondem a valores vinculados aos contratos de compra de energia elétrica, contratos de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

retenção contratual de fornecedores. Os valores em garantias são aplicados em Fundos de Investimento em renda fixa e Certificados de Depósito Bancário (CDB), negociados com bancos de primeira linha, com remuneração associada ao desempenho do CDI.

Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, as aplicações em garantia estavam dispostas da seguinte forma:

Instituição	Tipo de Aplicação	Taxa	30/09/2011		31/12/2010	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bradesco Premium	Fundo de Investimento	11,99%	-	18.878	-	19.088
Itaú-Unibanco Top DI	Fundo de Investimento	11,21%	24.911	-	23.098	-
Bradesco	CDB	11,57%	-	3.979	-	3.664
Itaú	CDB	10,96%	-	275	-	13.254
Total			24.911	23.132	23.098	36.006

10. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS (ENERGIA LIVRE)

Ativos	30/09/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Encargo Emergencial	3.859	-	3.859	3.181	-	3.181
Total de Ativos Regulatórios	<u>3.859</u>	<u>-</u>	<u>3.859</u>	<u>3.181</u>	<u>-</u>	<u>3.181</u>
Passivos						
Energia Livre	23.639	7.504	31.143	4.798	15.877	20.675
Encargo Emergencial	873	-	873	873	-	873
Total de Passivos Regulatórios	<u>24.512</u>	<u>7.504</u>	<u>32.016</u>	<u>5.671</u>	<u>15.877</u>	<u>21.548</u>

Energia livre

O montante relacionado à energia livre (energia elétrica gerada e não-vinculada a contratos iniciais ou equivalentes) apurado de junho de 2001 a fevereiro de 2002 foi integralmente amortizado em 2009.

A Resolução ANEEL 387/2009 estabeleceu a metodologia de cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita, após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento. Através da Resolução, a ANEEL alterou a metodologia que foi aplicada durante todo o período pós-acionamento. Com a publicação do Despacho ANEEL/SFF de n.º 1.068/2011, foram fixados os montantes finais do Repasse de Energia Livre, a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, ambas signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, bem como os montantes finais a serem devolvidos aos consumidores finais, nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução Normativa nº 387/2009.

Encargo emergencial

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A Companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

11. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Seguros	49	604
Proinfra	<u>3.273</u>	<u>-</u>
Total de despesas antecipadas	<u><u>3.322</u></u>	<u><u>604</u></u>

12. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Gastos a reembolsar - consumidores	3.595	3.688
Alienações em curso	3.207	3.268
Sindicato	5.658	5.658
Serviço em curso (a)	39.064	42.172
Consumidores - serviços prestados (b)	49.659	41.868
Gastos a reembolsar - iluminação pública	2.796	2.793
Convênio de arrecadação (c)	6.026	20.752
Adiantamentos a empregados	3.100	445
Assistência médica aposentados	5.134	4.170
Adiantamentos a fornecedores	3.229	6.722
Outros	586	292
Provisão para perda na realização de outros créditos	<u>(24.892)</u>	<u>(28.471)</u>
Total	<u><u>97.162</u></u>	<u><u>103.357</u></u>

- a) Serviços em curso: são registrados os custos (pessoal, material e serviços) com a realização de projetos de pesquisa e eficiência energética.
- b) Consumidores – serviços prestados: destina-se ao registro de créditos contra terceiros pela prestação de serviços, por créditos provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber.
- c) Convênio de arrecadação: representa o direito da Companhia de receber valores arrecadados por entidades conveniadas.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

13. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS (DEPÓSITOS JUDICIAIS)

O saldo dos depósitos vinculados a litígios está segregado da seguinte forma:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Trabalhistas	91.481	85.100
Cíveis	53.195	51.737
Fiscais	3.685	6.613
Total	<u>148.361</u>	<u>143.450</u>

14. ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

Os Contratos de Concessão de Distribuição nº 05/96 - ANEEL, de 9 de dezembro de 1996 celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Ampla Energia e Serviços S.A. (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- d) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 e da OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	416.918
Transferências do ativo intangível	82.168
Receita financeira	<u>11.916</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u><u>511.002</u></u>

15. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu o correspondente imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

Ativo	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Prejuízo fiscal	-	2.568	-	923	-	3.491
Base negativa da CSLL	-	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	111.256	111.579	40.052	40.169	151.308	151.748
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	51.144	62.673	18.412	22.562	69.556	85.235
Provisão para perdas de estoque	226	49	81	18	307	67
Provisão Enertrade	23.719	21.882	8.539	7.877	32.258	29.759
Outras provisões	8.992	7.990	3.237	2.876	12.229	10.866
Ativo indenizável (concessão)	-	3	-	1	-	4
Benefício pós emprego	90.992	91.675	32.757	33.004	123.749	124.679
Total	286.329	298.419	103.078	107.430	389.407	405.849

Passivo	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Diferenças temporárias						
Desreconhecimento de passivo regulatório	28.027	10.364	6.318	3.731	34.345	14.095
Ativo indenizável (concessão)	2.741	6.950	987	2.502	3.728	9.452
Total	30.768	17.314	7.305	6.233	38.073	23.547

Tributos diferidos	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Ativos (passivos) diferidos	255.561	281.105	95.773	101.197	351.334	382.302

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	405.849	23.547
Adições resultado do exercício	<u>(16.442)</u>	<u>14.526</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>389.407</u>	<u>38.073</u>

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

<u>Ano de realização</u>	<u>Montante a realizar</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2011	36.275	55.229
2012	53.806	54.691
2013	34.836	35.721
2014	34.509	35.394
2015 a 2017	106.927	109.582
2018 a 2020	123.054	115.232
Total	<u>389.407</u>	<u>405.849</u>

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

16. INTANGÍVEL

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	Vida útil	30/09/2011			31/12/2010
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Serviço	19,76				
Direito de uso da concessão		3.856.403	(1.386.519)	(303.622)	2.166.262
Software		85.741	(66.451)	-	19.290
Em Curso					
Direito de uso da concessão		333.973	-	(12.653)	321.320
Software		12.802	-	-	12.802
Total		4.288.919	(1.452.970)	(316.275)	2.519.674

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em Serviço				Em Curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.888.937	(1.406.964)	(279.008)	2.202.965	232.542	(4.171)	228.371	2.431.336
Adições	-	-	-	-	321.745	(8.482)	313.263	313.263
Reclassificações	(49.597)	74.211	(24.614)	-	-	-	-	-
Baixas	(22.540)	19.449	-	(3.091)	-	-	-	(3.091)
Amortização	-	(139.666)	-	(139.666)	-	-	-	(139.666)
Transferências	207.512	-	-	207.512	(207.512)	-	(207.512)	-
Transferências para o ativo indenizável	(82.168)	-	-	(82.168)	-	-	-	(82.168)
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>3.942.144</u>	<u>(1.452.970)</u>	<u>(303.622)</u>	<u>2.185.552</u>	<u>346.775</u>	<u>(12.653)</u>	<u>334.122</u>	<u>2.519.674</u>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, estipulada em média em 19,76 anos, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável – concessão (vide Nota 14).

(a) Obrigações especiais vinculadas à concessão

As obrigações especiais vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício n° 1.314/2007-SFF/ANEEL de

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

27 de junho de 2007 que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, haja vista que a referida revisão foi realizada em março de 2009.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas desde o 2º ciclo às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, com base em uma taxa média de 4,43%.

Programa de universalização

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe acerca de diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do PROINFA, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que foi alterada pela Resolução normativa 368/2009, acrescentando o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha o ano de 2013 como limite para que atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (“CPC 01”).

17. FORNECEDORES

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Suprimento de energia elétrica		
Furnas Centrais Elétricas	19.922	20.218
Itaipu (Eletrobras)	17.304	21.451
Encargo de uso da rede	19.162	16.953
Contrato de uso do sistema de distribuição-LIGHT	14.791	15.665
Contrato de comercialização de energia em ambiente regulado-CCEAR's	41.766	52.284
Câmara de comercialização de energia elétrica-SPOT	4.963	774
Outros	16.589	19.498
Materiais e serviços	95.680	127.726
Total	<u>230.177</u>	<u>274.569</u>

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	Encargos de dívida		Principal			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
BNDES (Finame) (a)	13	17	2.214	2.215	4.652	6.313
BNDES (Finem) (b)	-	124	-	24.485	-	-
BNDES (Capex) (c)	216	460	48.672	64.896	-	32.448
BNDES (Capex 2011) (d)	121	-	963	-	33.691	-
BNDES (Capex 2011) (d)	264	-	3.028	-	69.645	-
BNDES (Capex 2011) (d)	292	-	3.028	-	69.645	-
Eletrobrás (e)	-	3	2.570	1.795	17.242	14.738
Eletrobrás (f)	11	-	-	-	5.752	-
Bradesco S.A. 3º contrato (g)	319	66	5.340	5.340	2.670	5.340
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (g)	1.447	5.174	40.000	40.000	20.000	60.000
Banco Alfa S.A. (g)	1.453	3.233	50.000	10.000	-	50.000
Banco Alfa S.A. Capital de Giro (g)	1.335	-	45.000	-	-	-
União dos Bancos Brasileiros S.A. (g)	416	172	5.320	5.320	2.660	5.320
HSBC Bank Brasil S.A 1º Contrato (g)	940	264	15.000	15.000	7.500	15.000
HSBC Bank Brasil S.A 2ª Contrato (g)	3.729	1.047	60.000	60.000	30.000	60.000
Banco do Brasil S.A (g)	10.593	1.016	-	-	100.000	100.000
Banco Itaú S.A (g)	341	18	6.675	6.674	3.338	6.675
Total	21.490	11.594	287.810	235.725	366.795	355.834

	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
BNDES (Finame) (a)	20/08/2009	15/12/2014	Mensal	Fiança Bancária	4,50%
BNDES (Finem) (b)	18/08/2005	15/06/2011	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 6,00%
BNDES (Capex) (c)	03/11/2006	15/06/2012	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 5,20%
BNDES (Capex 2011) (d)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,70%
BNDES (Capex 2011) (d)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2011) (d)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 4,10%
Eletrobrás (e)	01/06/2004	30/05/2021	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6,00%
Eletrobrás (f)	21/05/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	7,00%
Bradesco S.A. 3º contrato (g)	28/12/2007	03/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (g)	01/02/2008	07/01/2013	Semestral	-	CDI + 1,05%
Banco Alfa S.A. (g)	10/01/2007	30/07/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,95%
Banco Alfa S.A. Capital de Giro (g)	07/01/2011	04/10/2011	Bullet	-	CDI + 0,53%
União dos Bancos Brasileiros S.A. (g)	26/11/2007	30/10/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
HSBC Bank Brasil S.A 1º Contrato (g)	03/12/2007	03/12/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,95%
HSBC Bank Brasil S.A 2ª Contrato (g)	03/12/2007	03/12/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,85%
Banco do Brasil S.A (g)	04/12/2007	30/10/2013	Bullet	Nota Promissória	CDI + 0,97%
Banco Itaú S.A (g)	28/07/2007	28/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,13%

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

- a. BNDES Finame: Financiamento contratado junto ao banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais.
- b. BNDES Finem - Rede Ampla: Financiamento, no montante de R\$ 165.000, para ampliação da rede de distribuição no período de 2005/2007 da Companhia, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia captou 100% do valor do contrato.
- c. BNDES Capex: Financiamento, no montante de R\$ 301.425, para o plano de investimento 2006/2008 da Companhia, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 73% do valor do contrato.
- d. BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante de R\$ 331.397, para o plano de investimento 2010/2011 da Companhia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 54% do valor contratado.
- e. Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.
- f. Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.
- g. Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia.

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 30 de setembro de 2011:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	0,60
Capital de giro	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
Capital de giro	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,00

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia se encontrava atendendo as cláusulas restritivas descritas acima.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	54.382	219.108
2013	153.147	124.325
2014	33.680	3.994
2015	31.795	2.110
2016	31.666	1.981
Após 2016	<u>62.125</u>	<u>4.316</u>
Total	<u><u>366.795</u></u>	<u><u>355.834</u></u>

Segue a variação dos indexadores da dívida acumulados nos trimestres findos em 30 de setembro de 2011 e 2010:

<u>Indexador</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
IPCA	1,06%	0,50%
IGP-M	0,97%	2,09%
TJLP	1,47%	1,47%
CDI	3,01%	2,61%
SELIC	3,01%	2,62%

Segue a mutação de empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Total
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	247.319	355.834	603.153
Ingressos	70.000	190.236	260.236
Encargos	52.498	-	52.498
Transferência de prazo	179.275	(179.275)	-
Amortizações de principal	(197.190)	-	(197.190)
Pagamento de juros	(42.602)	-	(42.602)
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>309.300</u>	<u>366.795</u>	<u>676.095</u>

19. DEBÊNTURES

Segue a composição do passivo de debêntures em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010:

	<u>30/09/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
Principal atualizado	185.000	566.869	185.000	443.203
Juros incorridos	26.894	-	18.437	-
(-) Custo a amortizar	(876)	(2.130)	(658)	(1.183)
Total	<u>211.018</u>	<u>564.739</u>	<u>202.779</u>	<u>442.020</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Segue a mutação de debêntures no período findo em 30 de setembro de 2011:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Passivo em 31 de dezembro de 2010	202.779	442.020	644.799
Captação	-	300.000	300.000
Amortização do principal	(185.000)	-	(185.000)
Encargos provisionados	59.045	-	59.045
Encargos pagos	(50.588)	-	(50.588)
Variação monetária	-	8.666	8.666
Transferência de prazos	185.000	(185.000)	-
Custo de transação amortizado	(218)	(947)	(1.165)
Passivo em 30 de setembro de 2011	<u>211.018</u>	<u>564.739</u>	<u>775.757</u>

Características das emissões:

Série	4ª emissão série única	5ª emissão 1ª série	5ª emissão 2ª série
Forma e espécie	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografária)	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografária).	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografária).
Quantidade de títulos	37.000 debêntures simples	11.533 debêntures simples	13.467 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	01 de agosto de 2006	15 de dezembro de 2009	15 de dezembro de 2009
Vencimento final	01 de agosto de 2012	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2015
Remuneração	Taxa média DI + 0,85% a.a.	Taxa média DI + 1,1% a.a.	Taxa média IPCA + 8,30% a.a.
Pagamento dos juros	Semestral, a partir da data da emissão	Semestral, a partir da data da emissão	Anual, a partir da data da emissão
Amortização programada	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures	Parcela única na data do vencimento	Em 3 parcelas anuais (Dez/2013, 14 e 15)

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Série	6ª emissão 1ª série	6ª emissão 2ª série
Forma e espécie	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografia).	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografia).
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Remuneração	Taxa média DI + 1,2% a.a.	Taxa média IPCA + 7,90% a.a.
Pagamento dos juros	Semestral, a partir da data da emissão	Anual, a partir da data da emissão
Amortização programada	Em 2 parcelas anuais (Jun/2015 e 16)	Em 3 parcelas anuais (Jun/2016, 17 e 18)

4ª EMISSÃO

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Sociedade, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Até 30 de setembro de 2011, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

5ª EMISSÃO

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografia, em duas séries no montante total de R\$ 250.000.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras.

6ª EMISSÃO

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografia, em duas séries no montante total de R\$ 300.000.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras.

<u>Emissão</u>	<u>Obrigações especiais financeiras</u>	<u>Limite</u>
4ª emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,90
4ª emissão	Dívida Líquida de CP / EBITDA (máximo)	1,50
4ª emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,30
5ª emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,70
5ª emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,50
6ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,70
6ª Emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,50

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia se encontrava atendendo as cláusulas restritivas descritas acima.

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>Após 2015</u>	<u>Total</u>
1ª série - 5ª emissão	115.330	-	-	-	-	115.330
2ª série - 5ª emissão	-	49.924	49.924	49.924	-	149.772
1ª série - 6ª emissão	-	-	-	58.500	58.500	117.000
2ª série - 6ª emissão	-	-	-	-	184.767	184.767
(-) Custo de transação	(251)	(514)	(476)	(432)	(457)	(2.130)
Total a amortizar	<u>115.079</u>	<u>49.410</u>	<u>49.448</u>	<u>107.992</u>	<u>242.810</u>	<u>564.739</u>

20. TRIBUTOS A PAGAR

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	-	13.469
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.787	14.984
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	17.800	24.382
Programa de integração social - PIS	3.740	4.993
Imposto sobre serviços - ISS	1.479	2.232
Outros	1.451	574
Total	<u>33.257</u>	<u>60.634</u>

21. TAXAS REGULAMENTARES

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Conta de consumo de combustível – CCC	10.386	10.386
Recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	6.074	7.230
Reserva global de reversão – RGR e outros	3.066	3.295
Encargo de energia reserva - EER (a)	1.306	968
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	101	101
Encargos ex-isolados (b)	<u>1.479</u>	<u>1.487</u>
Total	<u><u>22.412</u></u>	<u><u>23.467</u></u>

(a) O encargo de energia de reserva (EER), criado pelo Decreto nº 6.353/2008 e regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL nº 337/2008, destinado a cobrir os custos decorrentes da contratação de energia de reserva, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, a ser rateado entre os usuários de energia de reserva.

(b) A Lei nº 12.111, de 09/12/2009, alterou a Lei nº 9.991/2002, determinando que as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica recolham, mensalmente, ao Tesouro Nacional, até 31/12/2012, o adicional de 0,3% sobre sua receita operacional líquida, para fins de ressarcimento aos Estados da região Norte que tiveram perda na arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação de seus respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional.

22. PARCELAMENTO ESPECIAL

Em 29 de agosto de 2003, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial – PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos no montante original de R\$ 42.489 (sendo R\$ 18.433 de principal; R\$ 21.231 de atualização pela SELIC; R\$ 2.703 de multa; e R\$ 122 de honorários advocatícios), em 120 meses. Esses débitos são oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Companhia no período de outubro de 1996 a julho de 2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Companhia quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável. O saldo remanescente dessa dívida em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 14.182 (R\$ 18.578 em 31 de dezembro de 2010).

Em 29 de abril de 2010, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais, denominado REFERJ, instituído pela Lei Estadual nº 5.647/2010. Por meio desse programa a Companhia optou pelo parcelamento de débitos de ICMS que estavam vencidos até 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 2.974, sendo R\$ 2.605 de ICMS e R\$ 369 de Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECP). A esses valores foi somado o montante de R\$ 179 a título de mora. Esse parcelamento terá o prazo de 60 meses, com início em junho de 2010 e término em maio de 2015. O saldo remanescente dessa dívida em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 2.446 (R\$ 2.890 em 31 de dezembro de 2010).

A movimentação dos saldos do parcelamento especial está demonstrada a seguir:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	30/09/2011			31/12/2010		
	REFIS	REFERJ	Total	REFIS	REFERJ	Total
Saldo inicial	15.679	2.612	18.291	23.940	3.100	27.040
(-) Pagamentos	(3.174)	(166)	(3.340)	(6.194)	(318)	(6.512)
(+) Atualização	1.677	-	1.677	832	108	940
Saldo final	<u>14.182</u>	<u>2.446</u>	<u>16.628</u>	<u>18.578</u>	<u>2.890</u>	<u>21.468</u>
Circulante	6.487	667	7.154	6.305	683	6.988
Não circulante	7.695	1.779	9.474	12.273	2.207	14.480
Total do passivo	<u>14.182</u>	<u>2.446</u>	<u>16.628</u>	<u>18.578</u>	<u>2.890</u>	<u>21.468</u>

23. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, montantes dos saldos, natureza das transações e efeitos nas informações trimestrais estão demonstrados a seguir:

	30/09/2011			
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)
Enersis Agência (a)				
Diversos	240	6	295	(2.103)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A. (c)				
Compra de energia	-	3.502	-	(31.659)
Endesa Brasil S.A. (d)				
Conta corrente	424	-	-	-
Fundação Brasiletros (e)				
Fundo de Pensão	-	-	360.793	(19.609)
CIEN - Companhia de Interconexão Energia (f)				
Compra de energia	-	436	-	(1.723)
CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A (g)				
Compra de energia	-	609	-	(4.052)
Outras	-	161	-	-
Total de transações com partes relacionadas	<u>664</u>	<u>4.714</u>	<u>361.088</u>	<u>(59.146)</u>
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	(360.793)	-
Total	<u>664</u>	<u>4.714</u>	<u>295</u>	<u>(59.146)</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	31/12/2010					30/09/2010
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Receita (Despesa)
Enersis Agência (a)						
Diversos	-	291	45	2.409	-	75
CAM - Companhia Americana de Multiserviços (b)						
Adiantamento e fornecedores a pagar	-	-	589	-	5.699	(6.199)
Synapsis Brasil S.A. (b)						
Adiantamento e fornecedores a pagar	9	-	2.560	-	5.806	(11.622)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A. (c)						
Compra de energia	-	-	3.281	-	-	(28.901)
Endesa Brasil S.A. (d)						
Conta corrente	-	424	-	-	-	-
Fundação Brasiletros (e)						
Fundo de Pensão	-	-	-	365.212	-	(13.167)
Outras	-	-	18	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	9	715	6.493	367.621	11.505	(59.814)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	-	(365.212)	-	-
Total	9	715	6.493	2.409	11.505	(59.814)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Enersis Agência

A Companhia possui um contas a pagar com a empresa Enersis Agência no valor de R\$ 301 (R\$ 2.454 em 31 de dezembro de 2010), referente a compra de software.

(b) CAM Brasil Multiserviços Ltda. e Synapsis Brasil S.A.

Desde 28 de fevereiro de 2011, as empresas CAM Brasil Multiserviços Ltda. e Synapsis Brasil S.A. não fazem mais parte do grupo econômico da Endesa Brasil, deixando, portanto de serem consideradas partes relacionadas da Companhia.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2010 soma R\$ 589 para a CAM Brasil e R\$ 2.560 para a Synapsis Brasil.

(c) Enertrade

As operações com a Enertrade – Comercializadora de Energia S.A. referem-se à compra e venda de energia elétrica através do contrato 001/2002 vigente até 30/12/2022. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia possui o montante de R\$ 3.502 de faturas em aberto referente a compra de energia (R\$ 3.281 em 31 de dezembro de 2010).

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

(d) Endesa Brasil S.A.

O montante de R\$ 424 (R\$ 424 em 31 de dezembro de 2010) representa contas a receber da Companhia com sua controladora referente a pagamentos de diversos gastos administrativos.

(e) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A Companhia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social – BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a Ampla oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária indicada pela BRASILETROS.

O total de despesas no trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$ 19.609 (R\$ 13.167 em 30 de setembro de 2010).

(f) Companhia de Interconexão Energética (CIEN)

As Portarias Interministeriais nº 210 e 211, de 04/04/2011, equipararam como Transmissora a CIEN e homologaram a sua RAP (Receita Anual Permitida), a partir da celebração do contrato de prestação de serviço de transmissão (CPST) com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

A Companhia incorreu em despesas com a Rede Básica junto à CIEN no montante de R\$ 1.723 nos primeiros nove meses de 2011. Em 30 de setembro de 2011, o saldo do passivo era de R\$ 436.

(g) Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (CDSA)

A Companhia participou do 2º leilão para compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes (“2º LEILÃO”), em 02/04/2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme o edital de Leilão nº 1/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15/03/2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30/09/2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 147, de 23/02/2005.

Esse leilão resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica entre as partes, com vigência até dia 31/12/2015 e energia contratada de 4,039 MWMédios.

Esse contrato totalizou um montante de R\$ 4.052 nos primeiros nove meses de 2011 e o passivo era de R\$ 609 em 30 de setembro de 2011.

EN Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil)

A Companhia mantém contrato com a Prátil para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, efetuando o repasse após a arrecadação. O contrato é datado de 17 de Dezembro de 2009 e seu prazo de vigência é de 04 (quatro) anos contados a partir da data de sua aprovação pela ANEEL.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Em caso de inadimplemento pela Ampla, a Prátil poderá notificá-la para no prazo de 5 (cinco) dias úteis satisfazer plenamente a obrigação descumprida, sob pena de multa não compensatória no valor de 50% (cinquenta por cento) da média mensal de todo valor arrecadado pela Prátil em razão do contrato, sem prejuízo do pagamento de eventuais perdas e danos a que der causa a título de indenização suplementar.

Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, não havia saldo a pagar.

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 3.738 (R\$ 3.737 em 30 de setembro de 2010).

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Benefícios de curto prazo	3.628	3.594
Benefícios pós-emprego	110	143
Total	<u>3.738</u>	<u>3.737</u>

24. PROGRAMAS DE P&D / EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça-de-série, lote pioneiro e inserção no mercado).

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

A seguir apresentamos a composição dos saldos desses passivos:

	<u>30/09/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Programa de Eficiência Energética - PEE	30.867	-	56.793	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	30.313	84	19.580	6.721
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	877	-	461	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	198	-	231	-
Total	<u>62.255</u>	<u>84</u>	<u>77.065</u>	<u>6.721</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

25. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Ampla, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os Planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 30 de setembro de 2011, no montante de R\$ 360.809 (R\$ 365.212 em 31 de dezembro de 2010), corresponde a totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A Companhia reconheceu contabilmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$ 118.221, apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Participantes Ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,77% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

c) Plano de assistência médica dos aposentados (PAMA)

A Ampla tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

Despesa total reconhecida no resultado:

Despesas total reconhecida no resultado	30/09/2011				30/09/2010			
	Total	PCA	PACV	PAMA	Total	PCA	PACV	PAMA
Custo do serviço corrente	2.709	(25)	2.734	-	2.609	(53)	2.662	-
Custo dos juros	73.494	49.340	13.016	11.138	67.568	46.580	13.079	7.909
Retorno esperado dos ativos do plano	(56.594)	(37.805)	(18.789)	-	(57.010)	(39.125)	(17.885)	-
Total de despesas / (receitas)	19.609	11.510	(3.039)	11.138	13.167	7.402	(2.144)	7.909

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais premissas atuariais	Plano de	Plano de	Plano de
	Complementação de Aposentadoria - PCA	Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	Assistência Médica
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total	10,50%	10,50%	10,50%
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano	12,09%	12,09%	N/A
Taxa do crescimento salarial	6,59%	N/A	N/A
Taxa de inflação esperada	4,5%	4,5%	4,5%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,5%	4,5%	N/A
Tábua geral de mortalidade (q_x)	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica
Tábua de mortalidade de inválidos (q_x^i)	q_x da AT-49 (+6)	q_x da AT-49	N/A

26. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões passivas com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões passivas em 30 de setembro de 2011:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	31/12/2010	30/09/2011			Saldo Acumulado
	Saldo Acumulado	Adições/ Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	
Trabalhistas (a)	184.482	(189)	7.537	(18.066)	173.764
Cíveis (b)	317.316	55.065	32.107	(62.052)	342.436
Fiscais (c)	32.045	(2.059)	6.770	(7.618)	29.138
Total	<u>533.843</u>	<u>52.817</u>	<u>46.414</u>	<u>(87.736)</u>	<u>545.338</u>

(a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações trabalhistas de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

Os principais riscos contabilizados referem-se aos seguintes temas:

- URP (Unidade de Reposição de Preço) – Referente a perdas salariais ocorridas à época do plano econômico do Governo Federal, no montante de R\$ 49.399 em setembro de 2011 (R\$ 47.083 em dezembro de 2010);
- Reintegração ao Emprego, no montante de R\$ 30.544 em setembro de 2011 (R\$ 30.394 em dezembro de 2010);
- Vínculo Empregatício, no montante de R\$ 8.231 em setembro de 2011 (R\$ 7.357 em dezembro de 2010);
- Horas Extras, no montante de R\$ 5.417 em setembro de 2011 (R\$ 5.290 em dezembro de 2010);
- Diferenças Salariais, no montante de R\$ 3.527 em setembro de 2011 (R\$ 3.362 em dezembro de 2010);
- Adicional de Periculosidade, no montante de R\$ 3.212 em setembro de 2011 (R\$ 4.012 em dezembro de 2010);
- Acidente de Trabalho, no montante de R\$ 1.986 em setembro de 2011 (R\$ 3.859 em dezembro de 2010);
- Diferença de FGTS, no montante de R\$ 4.773 em setembro de 2011 (R\$ 4.503 em dezembro de 2010);
- Enquadramento, no montante de R\$ 2.020 em setembro de 2011 (R\$ 3.151 em dezembro de 2010);
- Ticket Refeição, no montante de R\$ 2.489 em setembro de 2011 (R\$ 2.373 em dezembro de 2010);
- Plano de Desligamento Incentivado, no montante de R\$ 1.548 em setembro de 2011 (R\$ 1.476 em dezembro de 2010);
- Verbas Rescisórias, no montante de R\$ 1.109 em setembro de 2011 (R\$ 1.058 em dezembro de 2010);
- Danos Morais, no montante de R\$ 836 em setembro de 2011 (R\$ 792 em dezembro de 2010);
- Abono Salarial, no montante de R\$ 539 em setembro de 2011 (R\$ 514 em dezembro de 2010).

Os demais processos que compõem o saldo da provisão em 30 de setembro de 2011 têm como objeto os mesmos temas citados acima e outros, todos de baixo valor reclamado.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

(b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, cujo montante contabilizado em 30 de setembro de 2011 era de R\$ 49.861 (R\$ 44.655 em 31 de dezembro de 2010), indenização por acidentes/morte com energia elétrica no montante de R\$ 22.091 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 21.213 em 31 de dezembro de 2010), desapropriações no montante de R\$ 32.738 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 27.179 em 31 de dezembro de 2010), ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais no montante de R\$ 18.551 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 18.633 em 31 de dezembro de 2010).

Além dos processos descritos acima, em 30 de setembro de 2011 a Companhia possui registrado um passivo contingente referente a disputa arbitral com a Enertrade – Comercializadora de Energia S.A. por conta do preço praticado pela compra de energia. O contrato inicial previa um preço de 97,42 R\$/MWh que subsequentemente foi reduzido e homologado pela ANEEL em 72,64 R\$/MWh, sendo este o preço que a Companhia vinha praticando em suas operações com a Enertrade.

Em 19 de março de 2009, foi dada a decisão arbitral final, onde o tribunal decretou entre outras:

- A extinção do contrato em 28 de agosto de 2006, anulando as obrigações contratuais posteriores que já foram objeto de liquidação;
- Pagamento das diferenças entre o preço da energia previsto no contrato e o valor homologado pela ANEEL com relação ao período compreendido entre o início do contrato até 28 de agosto de 2006, corrigido monetariamente e acrescido de juros de 1% ao mês.

Em razão da decisão arbitral, a Companhia ingressou em maio de 2009 com ação judicial para anular os efeitos da referida sentença arbitral e suspender a sua exigibilidade. Fez-se necessário então, provisionar o valor do laudo arbitral - R\$ 69.029, que atualizado até 30 de setembro de 2011 era de R\$ 99.544 (R\$ 87.525 em 31 de dezembro de 2010). Esse valor é atualizado mensalmente, conforme critérios de atualização do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, onde tramita atualmente a ação anulatória.

Ficará constituído o inadimplemento da Ampla quando esta deixar de liquidar qualquer dos pagamentos nas datas de seus vencimentos incidindo sobre o valor principal das parcelas em atraso, após atualizadas monetariamente os acréscimos de juros efetivos de 12% (doze por cento) ao ano calculados “*pro rata die*” e multa de 2% (dois por cento) do valor da fatura em mora.

O restante do valor constante na provisão em 30 de setembro de 2011, no valor de R\$ 119.651 (R\$ 118.111 em 31 de dezembro de 2010), subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista.

(c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais à que a Companhia está exposta são:

ICMS – Pagamento a menor

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em 30 de setembro de 2011 de R\$ 8.284 (R\$ 7.610 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia apresentou defesa (Embargos à Execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS – Créditos fiscais indevidos

A Ampla recebeu dois autos de infração por não ter efetuado os estornos proporcionais de parte dos créditos que apropriou decorrente das entradas de mercadorias destinadas ao seu ativo permanente, como decorrência de ter efetivado fornecimento (saída) de energia elétrica isento ou não tributável, para a CENF (Nova Friburgo) e ELEKTRO (São Paulo). Os mencionados autos referem-se aos períodos de novembro de 1996 a outubro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999 e possuem o valor atualizado em 30 de setembro de 2011 de R\$ 1.044 e R\$ 462 (R\$ 956 e R\$ 424 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente. Ambas as autuações estão aguardando julgamento pelo Conselho Pleno do Rio de Janeiro. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de perda é provável em relação a 80% dos dois autos de infração, motivo pelo qual a Administração optou por registrar uma provisão de R\$ 1.192.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Causas possíveis	
	30/09/2011	31/12/2010
Trabalhistas (a)	116.154	110.750
Cíveis (b)	332.924	311.134
Fiscais (c)	1.306.608	1.229.245
Pequenas causas (d)	158.129	167.699
Total	<u>1.913.815</u>	<u>1.818.828</u>

As principais contingências possíveis são:

(a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, etc.

(b) Riscos cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

(c) Riscos fiscais

Imposto de renda retido na fonte – Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Sociedade auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte – IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Ampla em 1998. Em decisão de 2ª instância a Ampla obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a Companhia foi intimada da decisão e do Recurso Especial Apresentado pela Fazenda, o qual aguarda julgamento. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de êxito é possível, motivo pelo qual a Administração optou por não contabilizar provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 776.172 (R\$ 742.280 em 31 de dezembro de 2010).

COFINS - Auto de Infração período pós imunidade

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A Companhia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à observância da noventena. A Fazenda e a Companhia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24/08/2009 foi apresentado pela Companhia Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do Recurso Especial apresentado. Aguarda-se julgamento do Agravo da companhia e do Recurso Especial apresentado pela Fazenda Nacional. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2011, é de R\$ 171.332 (R\$ 164.826 em 31 de dezembro de 2010).

ICMS – Prazo de Recolhimento

Em 26 de setembro de 2005, a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Companhia apresentou recurso. Em 26/08/2010, recebida intimação comunicando que o Conselho de Contribuintes decidiu contra a Ampla o recurso administrativo apresentado. Em 01/09/2010 a Ampla apresentou recurso ao Conselho Pleno que aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2011, é de R\$ 185.733 (R\$ 168.857 em 31 de dezembro de 2010).

ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia recebeu três Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro/1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999 e julho de 1997 a outubro de 1998, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. Para os três autos de infração a Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa. Os valores atualizados em 30 de setembro de 2011 representam respectivamente R\$ 10.333, R\$ 1.590 e R\$ 20.124 (R\$ 9.466, R\$ 1.460 e R\$ 18.418 em 31 de dezembro de 2010).

Adicionalmente, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de nov/98 a mar/99 lavrado sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

atualizado em 30 de setembro de 2011 de R\$ 14.290 (R\$ 13.132 em 31 de dezembro de 2010). Em 22/08/2011 proferida a sentença de primeira instância que julgou improcedente o pedido feito por Ampla. Aguarda-se publicação da sentença para apresentação do recurso de apelação.

ICMS – Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Companhia se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Companhia aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 14.485 (R\$ 13.266 em 31 de dezembro de 2010).

ICMS – Saída de bens para reparação

A Companhia ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 30 de setembro de 2011 de R\$ 10.553 e R\$ 11.420 (R\$ 9.694 e R\$ 10.494 em 31 de dezembro de 2010), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. No primeiro processo: em 09/12/2010, foi publicada sentença que julgou improcedente os embargos à execução fiscal. Em 14/12/2010, a Ampla opôs embargos de declaração. Em 12/05/2011, foi proferida decisão que julgou improcedentes os embargos de declaração. Em 30/05/2011, foi interposto recurso de apelação contra sentença proferida. Em relação à segunda anulatória: Em 07/06/2011, foi publicada sentença que julgou improcedentes os embargos à execução. Em 13/06/2011, a AMPLA opôs embargos de declaração, os quais aguardam julgamento.

ICMS – Cumprimento de decisão judicial

Em 21 de janeiro de 2011 a Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro lavrou duas notas de lançamento com o objetivo de impedir a decadência do seu direito de constituir créditos de ICMS e ICMS-FECP referentes a valores que, por decisão judicial, a Companhia foi obrigada a deixar de incluir nas faturas dos clientes e conseqüentemente de recolher ao Estado. As decisões judiciais foram concedidas em processos em que litigam o Estado do Rio de Janeiro e determinados clientes da Companhia acerca da ilegalidade da incidência do ICMS sobre o valor da demanda contratada. O valor envolvido nestas notas de lançamento é de R\$ 6.889 e a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa.

Taxa de uso de solo

A Companhia possui 8 processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 30 de setembro de 2011 de R\$ 67.010 (R\$ 61.888 em 31 de dezembro de 2010). No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a Companhia está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em cinco Execuções Fiscais, todas aguardam decisão de 1ª instância judicial.

Imposto Sobre Serviços - ISS

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a Companhia o auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 30 de setembro de 2011 de R\$ 9.037 (R\$ 8.675 em 31 de dezembro de 2010), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Companhia apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003.

Em 02 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a Companhia visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 30 de setembro de 2011 de R\$ 1.390 (R\$ 1.289 em 31 de dezembro de 2010), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010 a Ampla apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Taxa de empachamento

Em 01 de junho de 2009, Ampla ajuizou em face do Município de Niterói, Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de taxa de empachamento e exigência de licença municipal prévia para que a Companhia possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor atualizado em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 6.250 (R\$ 5.500 em 31 de dezembro de 2010). Em maio de 2010, a Ampla apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Segue pendente de julgamento em segunda instância judicial.

Ativo Contingente

A Companhia ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como requereu a restituição dos valores pagos em razão desta majoração. O valor atualizado deste processo em 30 de setembro de 2011 de R\$ 105.980 (R\$ 101.535 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia obteve decisão favorável de primeira e segunda instância judicial. Em 16 de junho de 2011, a União apresentou Recurso Extraordinário que aguarda exame de admissibilidade.

(d) Pequenas causas

Os principais processos no Juizado Especial Cível são relacionados aos seguintes objetos: interrupção e oscilação temporária de energia, furto de energia, corte, aumento no valor da conta, produtos (seguros), ressarcimento de aparelhos queimados e Serasa.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal, representadas por 3.922.515.918.446 ações ordinárias em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

A composição acionária da Companhia apresenta a seguinte distribuição em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Endesa Brasil S.A.	1.839.121.933.344	46,90
Chilectra Inversud S.A.	824.607.526.461	21,02
Enersis S.A.	536.591.907.868	13,68
Chilectra S.A.	405.768.824.339	10,34
EDP – Energias de Portugal S.A.	302.176.533.045	7,70
Outros	14.249.193.389	0,36
Total de ações em circulação	<u>3.922.515.918.446</u>	<u>100,00</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos mínimos da Companhia são de R\$ 28.352 em 31 de dezembro de 2010.

A proposta da Administração da Companhia de destinação do lucro do exercício de 2010, aprovada na reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de março de 2011, era de distribuir dividendos no montante de R\$ 51.321, sendo R\$ 22.969 referente a dividendos adicionais. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011, os acionistas, por maioria, aprovaram essa proposta.

28. RECEITA LÍQUIDA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	(Não auditado)		(Não auditado)			
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Fornecimento faturado-						
Residencial	2.109.596	2.100.546	3.091.302	2.937.526	1.556.923	1.393.081
Industrial	4.810	4.794	1.030.903	1.002.349	359.417	357.143
Comércio, serviços e outras	146.414	144.289	1.452.481	1.384.869	791.160	733.936
Rural	61.315	57.126	166.506	171.770	47.090	46.661
Poder público	12.737	12.424	335.335	309.480	179.831	166.281
Iluminação pública	1.360	1.328	357.430	353.876	102.137	99.433
Serviços públicos	1.212	1.086	220.103	213.856	60.400	58.391
	<u>2.337.444</u>	<u>2.321.593</u>	<u>6.654.060</u>	<u>6.373.726</u>	<u>3.096.958</u>	<u>2.854.926</u>
Fornecimento não faturado					(52.530)	(44.681)
Consumidores, concessionários e permissionários					<u>3.044.428</u>	<u>2.810.245</u>
Suprimento de energia elétrica	14	6	301.786	265.479	34.413	72.686
Baixa renda	-	-	-	-	62.300	103.946
Disponibilidade da rede elétrica	-	-	-	-	180.591	146.411
Receita de construção	-	-	-	-	313.263	248.236
Outras receitas	-	-	-	-	47.182	54.713
Receita operacional bruta					<u>3.682.177</u>	<u>3.436.237</u>
(-) Deduções da receita						
ICMS	-	-	-	-	(818.413)	(773.844)
PIS	-	-	-	-	(36.787)	(35.992)
COFINS	-	-	-	-	(168.632)	(165.780)
ISS	-	-	-	-	(1.726)	(1.941)
Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(42.951)	(39.431)
Subvenções CCC/CDE	-	-	-	-	(167.672)	(145.219)
P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(20.475)	(19.572)
Encargo Ex-Isolados	-	-	-	-	(6.310)	(4.562)
Total de deduções de receita					<u>(1.262.966)</u>	<u>(1.186.341)</u>
Total	<u>2.337.458</u>	<u>2.321.599</u>	<u>6.955.846</u>	<u>6.639.205</u>	<u>2.419.211</u>	<u>2.249.896</u>

29. RESULTADO DO SERVIÇO

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Descrição	30/09/2011			Total	30/09/2010
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas Gerais e Administrativas		Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(56.776)	(1.845)	(41.941)	(100.562)	(97.837)
Material	(6.366)	(3.345)	(414)	(10.125)	(8.500)
Serviços de terceiros	(154.521)	(730)	(14.303)	(169.554)	(182.732)
Energia elétrica comprada para revenda	(944.146)	-	-	(944.146)	(831.473)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(151.608)	-	-	(151.608)	(152.713)
Encargos do serviços de sistema	(46.377)	-	-	(46.377)	(47.058)
Depreciação e amortização	(138.296)	-	(4.924)	(143.220)	(120.969)
PCLD clientes - líquidas	-	(41.866)	-	(41.866)	(72.762)
Provisão para riscos fiscais, civil e trabalhistas	-	-	(52.817)	(52.817)	(14.160)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(5.152)	-	-	(5.152)	(5.232)
Custo de construção	(313.263)	-	-	(313.263)	(248.236)
Outros custos operacionais	(8.777)	(3)	(12.310)	(21.090)	(26.122)
Total	<u>(1.825.282)</u>	<u>(47.789)</u>	<u>(126.709)</u>	<u>(1.999.780)</u>	<u>(1.807.794)</u>

A composição dos custos com energia elétrica é como segue:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Energia elétrica comprada		
Itaipu Binacional	(141.564)	(149.074)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A	(31.869)	(28.901)
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(9.997)	(20.726)
CCEARs - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(405.202)	(324.294)
Light S.A./ Cenf / Elektro	(102.060)	(114.145)
Proinfra	(31.126)	(27.427)
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	(150.650)	(131.996)
Outros	<u>(71.678)</u>	<u>(34.910)</u>
Sub-total	(944.146)	(831.473)
Encargos de uso rede de transmissão		
Rede Básica	(121.591)	(120.897)
Encargos de Conexão	(16.766)	(15.294)
Outros Encargos	<u>(13.251)</u>	<u>(16.522)</u>
Sub-total	(151.608)	(152.713)
Total	<u><u>(1.095.754)</u></u>	<u><u>(984.186)</u></u>

A composição de outros custos e outras despesas operacionais é como segue:

<u>Outros custos e despesas operacionais</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Aluguéis	(7.798)	(8.649)
Tributos	(1.313)	(1.324)
Despesas postais	(2.459)	(2.211)
Despesas gerais	(3.260)	(2.039)
Publicidade e propaganda	(468)	(1.129)
Indenizações a terceiros	(3.552)	(2.030)
Seguros	(801)	(1.344)
Estagiários	(1.252)	(1.076)
Publicações legais e assinaturas	(238)	(211)
Doações, contribuições e subvenções	(1.512)	(1.175)
Transporte próprio	(168)	(253)
Perda na desativação de bens e direitos	3.586	(4.664)
Ajuste de inventário	(1.771)	(8)
Outros	<u>(84)</u>	<u>(9)</u>
Total	<u><u>(21.090)</u></u>	<u><u>(26.122)</u></u>

A composição do resultado financeiro é como segue:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	5.960	19.519
Multas e acréscimos moratórios	36.033	33.341
Transações com partes relacionadas	14.122	9.809
Variações monetárias diversas	2.828	2.416
Receita ativo indenizável	11.916	21.773
Outras receitas/despesas financeiras	8.146	5.483
Total	<u>79.005</u>	<u>92.341</u>
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(52.498)	(50.766)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(46.414)	(51.405)
Encargo de fundo de pensão	(16.900)	(13.167)
Multas e acréscimos moratórios	(5.215)	(5.756)
Variações monetárias debêntures	(8.666)	(7.284)
Variações monetárias diversas	(527)	(757)
Juros debêntures	(59.045)	(48.406)
Custo de transação debêntures	(997)	(857)
Indenizações DIC / FIC	(19.426)	(20.055)
Juros Selic s/ P&D	(2.432)	(2.643)
IOF	(4.820)	(2.484)
Outras despesas/receitas financeiras	(4.345)	(15.900)
Total	<u>(221.285)</u>	<u>(219.480)</u>
Resultado financeiro	<u>(142.280)</u>	<u>(127.139)</u>

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	277.151	314.963
Alíquota nominal	34%	34%
	<u>94.231</u>	<u>107.087</u>
Depreciação Lei 8.200	205	163
Diferenças permanentes, líquidas	156	3
Despesas com imposto de renda e contribuição social	<u>94.592</u>	<u>107.253</u>
Correntes	63.624	60.150
Diferidos	<u>30.968</u>	<u>47.103</u>
Total	<u>94.592</u>	<u>107.253</u>

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAISConsiderações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 65 municípios do estado do Rio de Janeiro e um município em Minas Gerais. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

b) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

c) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“*covenants*” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos “*covenants*” financeiros.

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas Notas 18 e 19, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Dívida	1.451.852	1.247.952
Caixa e saldos de bancos (inclusive aplicação financeira)	<u>(164.769)</u>	<u>(63.182)</u>
Dívida líquida (a)	<u>1.287.083</u>	<u>1.184.770</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>1.743.059</u>	<u>1.583.469</u>
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	<u>0,42</u>	<u>0,43</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado nas Notas 18 e 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia realizou ao longo do exercício operações de contratos futuros de juros. Essas operações foram utilizadas exclusivamente na gestão dos recursos da renda fixa, com objetivo realizar operações de proteção dos títulos detidos à vista, efetuar operações de posicionamento em taxas de juros e trocar de indexadores dos títulos detidos à vista. As estratégias nos mercados futuros são consideradas no conjunto de todos os ativos que fazem parte da carteira, ou seja, seus resultados individuais visam contribuir para a obtenção do resultado global da parcela de renda fixa, estabelecido na política de investimentos.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Entretanto, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Para minimizar esse risco, a Companhia busca a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (Eletrobrás) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação no 3º trimestre de 2011 fossem iguais as esperadas para o último trimestre de 2011, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&F:

30/09/2011	Aumento / Redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	-0,76%	1.988	1.988
TJLP	0,00%	-	-
IPCA	-1,59%	161	161

f) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	Menos de um mês	De um a três meses	De três		Mais de cinco anos	Total
			meses a um ano	De um a cinco anos		
Em 30 de setembro de 2011						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	569	1.613	8.358	46.311	33.194	90.045
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	52.258	81.525	203.786	320.650	48.355	706.574
Debêntures	-	27.383	235.521	610.786	143.064	1.016.754
	<u>52.827</u>	<u>110.521</u>	<u>447.665</u>	<u>977.747</u>	<u>224.613</u>	<u>1.813.373</u>
Em 31 de dezembro de 2010						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	432	842	4.210	18.459	8.070	32.013
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	44.859	20.926	224.746	384.242	-	674.773
Debêntures	21.011	-	234.525	523.736	-	779.272
	<u>66.302</u>	<u>21.768</u>	<u>463.481</u>	<u>926.437</u>	<u>8.070</u>	<u>1.486.058</u>

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia utiliza como opção de curto prazo a conta garantida que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 quanto à utilização da conta:

<u>Conta Garantida</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Contratada	90.300	40.000

g) Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Ativo	Categoria	Nível	30/09/2011		31/12/2010	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	115.551	115.551	37.568	37.568
Outros ativos financeiros	Valor justo por meio de resultado	2	49.218	49.218	25.614	25.614
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	48.043	48.043	59.104	59.104
Consumidores concessionários	Empréstimos e recebíveis	2	543.933	543.933	488.607	488.607
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	511.002	511.002	416.918	416.918
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	2	676.095	674.584	603.153	600.186
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	2	775.757	775.382	644.799	637.658
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	230.177	230.177	274.569	274.569

As aplicações financeiras registradas nas informações trimestrais aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme instrução 475/2008 da CVM

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F:

<u>Indexador do Contrato</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>Cenário + 25%</u>	<u>Cenário + 50%</u>
CDI	69.925	85.018	99.791
IPCA	25.098	28.045	30.943
TJLP	16.900	19.340	21.751
FIXO	4.763	4.763	4.763
TOTAL	116.686	137.166	157.248

32. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	Vigência até	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
ITAIPU	2023	194.744	201.015	214.809	225.344	230.481	6.553.487
PROINFA	2030	43.145	45.179	47.212	49.289	51.401	2.363.830
ENERTRADE	2022	44.384	46.255	48.336	50.512	52.929	370.675
CCEAR 2005	2012	224.056	-	-	-	-	-
CCEAR 2006	2013	199.359	208.755	-	-	-	-
CCEAR 2007	2014	34.515	36.142	37.768	-	-	-
CCEAR 2007 - Energia Existente (A-1)	2014	4.770	4.995	5.220	-	-	-
CCEAR2008 - Energia Existente	2015	54.757	57.338	59.918	62.554	-	-
Trocas Livres 2005 - Energia Existente	2012	42.800	-	-	-	-	-
Trocas Livres 2006 - Energia Existente	2013	49.745	52.090	-	-	-	-
Trocas Livres 2007 - Energia Existente	2014	10.227	10.709	11.191	-	-	-
Trocas Livres 2007 - Energia Existente (A-1)	2014	1.276	1.336	1.396	-	-	-
Trocas Livres 2008 - Energia Existente	2015	21.436	22.446	23.456	24.488	-	-
Trocas Livres 2009 - Energia Existente	2016	42.739	44.754	46.768	48.825	50.917	-
CCEAR2008 - Energia Nova	2022/2037	19.942	20.882	21.822	22.782	23.758	233.704
CCEAR2009 - Energia Nova	2023/2038	31.610	33.100	34.589	36.111	37.659	361.200
CCEAR2009 - Energia Nova (A-3)	2023/2038	34.235	35.849	37.462	39.111	40.786	1.071.139
CCEAR2010 - Energia Nova	2024/2039	84.508	88.491	92.473	96.542	100.679	2.414.768
CCEAR2011 - Energia Nova	2025/2040	46.523	48.715	50.908	53.147	55.425	1.453.726
CCEAR2010 - Energia Nova (A-3)	2024	9.146	9.577	10.008	10.448	10.896	104.203
CCEAR2012 - Energia Nova (A-5)	2026/2041	114.016	119.390	124.762	130.252	135.833	2.984.386
CCEAR2012 - Energia Nova (UHE Santo Antonio)	2041	133	12.497	33.252	52.063	55.164	2.501.290
CCEAR2013 - Energia Nova (UHE Jirau)	2042	-	32.121	62.656	91.564	113.536	5.221.265
CCEAR2011 - Energia Nova (A-3)	2025	32.502	34.034	35.565	37.130	38.721	425.273
CCEAR2013 - Energia Nova (A-5)	2027/2042	-	416.718	435.470	454.631	474.111	7.222.188
Total	-	1.340.568	1.582.388	1.435.041	1.484.793	1.472.296	33.281.134

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2010 que foram homologados pela ANEEL.

33. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação para o período findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$ 5.595 (R\$ 6.418 em 30 de setembro de 2010).

34. LUCRO POR AÇÃO

	30/09/2011	31/12/2010
Lucro líquido	182.559	216.092
Número de ações	3.922.515.918.446	3.922.515.918.446
Lucro por ação - básico (reais por milhares de ações)	0,04654	0,05509

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 3.922.515.918.446 ações ordinárias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

35. COBERTURA DE SEGUROS

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice internacional do Grupo Endesa, com o valor em risco no montante global de R\$ 572.393, cobertura de lucros cessantes no total de R\$ 860.693 e com uma cobertura por eventos de danos materiais combinado a perda de benefícios no montante de R\$ 46.681. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$ 234.165 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas tem validade no período compreendido de 30 de junho de 2011 a 30 de junho de 2012.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/07/2011	30/06/2012	572.393	46.681
Responsabilidade civil geral	01/07/2011	30/06/2012	n/a	234.165

36. EVENTO SUBSEQUENTE

Operação de compra e venda de ações

Em 4 de outubro de 2011, a Endesa Latinoamérica S.A. (“Endesa Latam”) consumou com a EDP – Energias de Portugal S.A. (“EDP”) a operação de compra e venda de ações, por meio da qual a Endesa Latam adquiriu 302.176.533.045 ações ordinárias de propriedade da EDP e representativas de 7,70% do capital social da Companhia.

Dentro do prazo fixado na Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, após ultimadas as providências cabíveis em curso, de contratação de instituição intermediária e de emissão do laudo de avaliação da companhia, a Endesa Latam (e/ou sociedade por si indicada), direta e/ou indiretamente, apresentará à Comissão de Valores Mobiliários o pedido para realização de Oferta Pública objetivando a aquisição da totalidade das ações emitidas pela Companhia em circulação no mercado.

Essa operação foi divulgada ao mercado por meio de Fato Relevante em 4 de outubro de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Ampla Energia e Serviços S.A.
Niterói - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não tenha sido elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 29 de março de 2011 e 30 de maio de 2011, respectivamente, que não contiveram quaisquer modificações.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4